

**UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA FEMININA NEGRA EM UM JOGO DE CARTAS**

***UNA EXPERIENCIA FORMATIVA EN LA RESIDENCIA PEDAGÓGICA:
REPRESENTACIÓN HISTÓRICA FEMENINA NEGRA EN UN JUEGO DE CARTAS***

***A FORMATIVE EXPERIENCE IN THE PEDAGOGICAL INTERNSHIP: BLACK
FEMALE HISTORICAL REPRESENTATION IN A CARDS GAME***

Lillian RODRIGUES¹
Vagner Sérgio CUSTODIO²
Lidiane SIMÃO³

RESUMO: Este artigo analisa como o docente pode utilizar a representatividade de mulheres da história brasileira como estratégia metodológica objetivando contribuir para minimizar os impactos causados pelos preconceitos étnicos e raciais e limitações dos papéis de gênero. A hipótese foi de que levando a representatividade feminina ao ambiente escolar, as desigualdades entre os gêneros podem ser minimizadas com o reconhecimento e a identificação do protagonismo feminino em importantes momentos históricos brasileiros, comumente relacionados apenas ao gênero masculino. A metodologia utilizada aborda a história de personagens históricas retratadas em um livro, por meio de um jogo de cartas com recurso de áudio e observações de campo, chegando-se ao resultado qualitativo de melhoria da autoestima, autoimagem, e desempenho escolar dos alunos, concluindo que o preconceito, aliado aos papéis limitantes de gênero e a baixa autoestima podem ser fatores associados ao baixo desempenho escolar e a distúrbios de imagem corporal.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade. Jogo de cartas. Residência pedagógica.

RESUMEN: Este artículo analizó cómo el docente puede utilizar la representatividad de mujeres de la historia brasileña como estrategia metodológica para contribuir con la minimización de los impactos causados por los prejuicios étnicos y raciales, así como por las limitaciones de los roles de género. La hipótesis fue que llevando la representatividad femenina al ambiente escolar las desigualdades entre los géneros pueden ser minimizadas con el reconocimiento y la identificación del protagonismo femenino en importantes momentos históricos brasileños, comúnmente relacionados sólo con el género masculino. La metodología utilizada abordó la historia de personajes históricos representados en un libro, por medio de un juego de cartas con recurso de audio y observaciones de campo, llegando al resultado cualitativo de mejora de la autoestima, autoimagen, y desempeño escolar de los alumnos,

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5597-7658>. E-mail: lsm.rodrigues@unesp.br

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rosana – SP – Brasil. Professor Assistente. Doutorado em Educação Física (UNICAMP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1119-7246>. E-mail: vagner.custodio@unesp.br

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4665-9372>. E-mail: lid_sima@hotmail.com

concluyendo que el prejuicio, unido a los roles limitantes de género y la baja autoestima pueden ser factores asociados al bajo desempeño escolar y a alteraciones de la imagen corporal.

PALABRAS CLAVE: *Representatividade. Juego de cartas. Residencia pedagógica.*

ABSTRACT: *This paper analyzed how the teacher can use the representativeness of women from Brazilian history as a methodological strategy, aiming to contribute to minimizing the impacts caused by ethnic and racial prejudices and limitations of gender roles. The hypothesis was that, taking female representativeness to the school environment, inequalities between genders can be minimized with the recognition and identification of female protagonism in important Brazilian historical moments, commonly related only to the male gender. The methodology used approached the story of historical characters portrayed in a book by means of a cards game with audio resources and field observations, reaching the qualitative result of improving students' self-esteem, self-image, and school performance, concluding that prejudice, coupled with gender-limiting roles, and low self-esteem can be factors associated with poor school performance and body image disorders.*

KEYWORDS: *Representativeness. Cards game. Pedagogical internship.*

Introdução

Esse estudo surgiu da necessidade que educadores podem ter de identificar os estereótipos e preconceitos de gêneros e raciais no ambiente escolar e abordar essa temática dentro do seu lugar de fala para fortalecer positivamente a construção da identidade dos alunos, principalmente de meninas negras, bem como fortalecer, também, sua autoestima e autoimagem.

De acordo com Adichie (2017), devemos ensinar as meninas que papéis de gênero são totalmente absurdos e que não devemos lhes dizer para fazer ou deixar de fazer alguma coisa porque são meninas. Porque “você é menina” nunca é a razão para nada. Discutir, jogar luz sobre a escuridão das condições desiguais nos fazer entender e enfrentar o racismo, assim damos mais um passo em direção a equidade, pois não basta o professor não ser racista, ele precisa também combater o racismo dentro do seu contexto escolar e auxiliar as meninas negras a terem orgulho da sua herança cultural e da história do seu povo.

Segundo Ferreira (2020), os conceitos de saberes docentes e diversidade são eixos temáticos que se articulam na educação, e nessa mesma linha de pensamento, Amaral (2019) diz que é necessária a introdução de práticas e saberes dos afrodescendentes nos conteúdos a serem abordados na escola. Mediante isso, o professor deve incluir dentro do contexto escolar modelos positivos de representatividade para que, no coletivo, a criança negra possa desenvolver a identidade afrodescendente. Dessa forma, o espaço escolar deve possibilitar

valores culturais que respeitem sua ancestralidade, as singularidades e as expressões da sua identidade étnico-racial. Desse modo, surge a necessidade de pensar em relação ao desenvolvimento social por meio da valorização das diversidades culturais com o intuito de ultrapassar barreiras e preconceitos dos humanos em relação aos outros e a si mesmo.

Conforme Aquino (2015), a presença das mulheres negras nos espaços públicos tem sido objeto de estudo de pesquisadores da área de educação com o objetivo de compreender melhor como se processam as relações de gênero.

Mediante essa problemática, este artigo aborda a questão de gênero étnico-racial de mulheres negras protagonistas da história brasileira, sendo que a participação delas em contextos históricos, em sua grande maioria, é ofuscada, para não se dizer silenciada, e essa falta de representatividade é importante ser pesquisada por ser um fator valioso para a construção de si e da identidade do povo brasileiro.

Desta forma, este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Ensino Fundamental, no qual para assegurar os princípios éticos da pesquisa será mantido o anonimato de todos os participantes envolvidos, uma vez que a compreensão de ser negro no Brasil muda de região para região. Assim, 53% da população no sudeste, 23% no sul, 77% no norte e 74% no nordeste são consideradas pretas ou pardas, e perceber que a mulher negra está na base das estatísticas de exclusão em indicadores sociais, sendo que por problemas na educação Brasileira apontados por Guimarães e Vieira (2019) defendem a institucionalização da disciplina Trabalho-Educação nas políticas de formação de professores, o Brasil é um país que contingencia um expressivo número de trabalhadoras domésticas, 80% realizam limpeza dos lares brasileiros, desse total 92% são mulheres negras e em sua grande maioria sem a garantia das leis trabalhistas, pois são trabalhadoras informais (IBGE, 2018).

Dados da Pnad (IBGE, 2016) apontaram que no Brasil o número de crianças e adolescentes negros que trabalhavam (1,38 milhão, ou 57,5%) excedeu o número de não negros (1,01 milhão, ou 42%) e apesar da maioria estar relacionado aos meninos, deve-se considerar os casos subnotificados de meninas que são exploradas sexualmente ou atuam em trabalhos domésticos. Essas meninas também estão expostas e vulneráveis à violência física e ao abuso sexual infantil. Para Silva (2018), essas violências são formas de opressão, sejam elas verbal, física, sexual ou psicológica, e segundo o boletim epidemiológico publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2017) foram notificados 184.524 casos de violência sexual no país, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes e entre essas vítimas 55,5% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 45% das crianças de 1 a 5 anos eram negras.

No Brasil, houve um avanço importante no quesito do ensino das Culturas Afro-Brasileira e Africana desde que fora estabelecida a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatória a inclusão deste ensino nos currículos escolares. A abordagem dessa história, considerando a contribuição e o protagonismo de diferentes grupos étnico sociais, demandou a reinvenção de práticas pedagógicas e a busca por materiais didáticos que trouxessem outras perspectivas. Outro ponto importante neste assunto, fora o estabelecimento da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e fomentou a política de cotas raciais, que garante a entrada de pessoas negras nas universidades públicas. Nessa perspectiva, Martins e Santos (2019) afirmam que essas ações afirmativas não devem apenas prever a discriminação positiva sob um viés único, que no caso das cotas para o ensino superior almeja somente a questão do acesso, sem garantir condições adequadas de permanência.

Beauvoir (1967) citada por Santos (2011), diz que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, elucidando que muitas questões se colocam nessa construção, com generalizações e regras restritivas que ditam o que é socialmente esperado para essa mulher, alocando-as em estereótipos sociais. Butler (2017) demonstra que há condições existenciais, fatores de desigualdade e estigmas, que também tornam o processo de tornar-se mulher diferente entre as meninas e, segundo Lima *et al.* (2017), a educação sexista contribui para que homens e mulheres (re)produzam lugares sociais diferentes a partir da atribuição de papéis sociais de gênero.

No Brasil, muitas produções culturais e científicas trazem à tona as relações étnico-raciais do ponto de vista eurocêntrico, onde o autor branco utiliza o negro como campo de estudo e fala por ele. Este trabalho coloca o professor no seu lugar de fala e de combate ao racismo e aos estereótipos de gênero, tornando o ambiente escolar e a sala de aula um lugar para a construção de identidades e de valores dos educandos. Portanto, no ambiente escolar, o desenvolvimento social e afetivo deve ser voltado ao pleno desenvolvimento da criança, considerando a diversidade, os interesses e as singularidades do grupo no qual a criança está estabelecida, para que a aprendizagem e o desenvolvimento não sofram interferências negativas por preconceitos, racismo, sexismo ou desigualdades, assegurando que durante o processo de escolarização a criança desenvolva todas as suas potencialidades, em todas as dimensões humanas, cognitivas e emocionais. A autoestima é um conhecimento descritivo que o sujeito tem de si e o fator da baixa autoestima certamente interfere no pleno desenvolvimento humano, psicológico e social da criança, e para isso este trabalho objetivou contribuir para minimizar os impactos causados pelos preconceitos étnicos e raciais e limitações dos papéis de gênero nos alunos por meio da ludicidade em relacionar a atenuação das desigualdades de gênero, a figura

histórica da mulher negra empoderada, inteligente e corajosa, visando aumentar a autoestima de meninas negras e, conseqüentemente, contribuindo para uma formação positiva da autoimagem e identidade étnico-racial.

Metodologia

Esse artigo surge de problemas previamente levantados durante uma etapa de observação na qual constatou-se a necessidade que educadores possuem em trabalhar os estereótipos e preconceitos expressamente, ou veladamente manifestados contra gêneros e negros no ambiente escolar e abordar essa temática dentro do seu lugar de fala para fortalecer positivamente a construção da identidade dos seus alunos, principalmente de meninas negras, bem como fortalecer, também sua autoestima e autoimagem. Essa pesquisa atentou-se aos princípios éticos e não expôs nenhum participante a situações de vulnerabilidade, buscando, entre outros, preservar o anonimato de todos os participantes, assegurando integralmente o sigilo das informações obtidas. Todos os participantes foram informados dos intentos do estudo e que todos os dados obtidos seriam empregados única e exclusivamente para elaboração da pesquisa.

Ambiente de estudo: O protótipo deste trabalho consistiu na construção de um jogo de cartas, leitura e a gravação do cordel para aplicar no recurso de áudio das cartas, resultando em um jogo de cartas intitulado Heroínas Negras Brasileiras. Essa estratégia vai de encontro a Fortunato (2018) que afirma que jogos e brincadeiras podem atuar como uma estratégia de relação entre a recreação e a Psicologia.

A versão final do protótipo do jogo foi testada em uma escola particular de ensino confessional localizada na zona norte de São Paulo, como uma atividade para trabalhar a data da consciência negra.

Os dados do estudo foram coletados, em uma escola municipal de ensino fundamental localizado em São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo. Esse trabalho foi desenvolvido em um projeto de regência de aulas que foi posto em prática no 4º ano do ensino fundamental, no programa de Residência Pedagógica que integrou a graduação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Participantes: Participaram desse estudo 35 alunos do 4º ano do ensino fundamental II, sendo 16 meninas e 19 meninos, entre 8 e 10 anos e uma professora preceptora responsável pela turma e pela supervisão dos alunos universitários em processo de residência pedagógica.

A versão final do jogo foi testada com 12 alunos – 7 meninos e 5 meninas –, do contraturno escolar que tinham entre 09 e 14 anos e estudavam em uma escola particular de ensino confessional localizada na zona norte de São Paulo.

Para este artigo, foram selecionados qualitativamente em conjunto com os pesquisadores e a professora da turma, 3 alunos, um menino de 10 anos, negro, não alfabetizado, uma menina de 9 anos, negra, não alfabetizada e uma menina de 9 anos, negra, alfabetizada e vítima de *bulling* e racismo em sala de aula, que foram os relatos de caso apresentados nos resultados.

Materiais: Como recurso material, foi construído um conjunto de 20 cartas ilustradas com as imagens do livro da autora Jarid Arraes (2017) com ilustrações de Gabriela Pires. Essa situação confirma o que diz Gonçalves (2020), que desenhos podem servir para desenvolver reflexões sobre questões socioculturais e morais. Nessa perspectiva, foram construídas 15 cartas de ação com pontos de habilidades, defesa e ataque e 5 cartas de poderes especiais.

As heroínas negras citadas pela autora são: Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria Bonsucesso, Laudelina de Campos, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba.

Figura 1 – Exemplos de cartas



Fonte: Acervo dos autores

As Cartas de Ação representam as Heroínas Negras, suas características e habilidades especiais, que podem ser: abolicionismo, política, engajamento social, arte e literatura. Elas possuem pontuação de habilidade, ataque e defesa.

É importante demonstrar que essas protagonistas tiveram diferentes atuações e se destacaram por suas múltiplas habilidades especiais que envolvem força, inteligência, liderança, comunicação, conhecimento, persuasão, entre outros. Logo, valorizando suas diferenças, cada uma recebe uma pontuação em uma escala de até 10 estrelas.

As Cartas Especiais são aquelas que podem ajustar os valores das características das cartas de ação, acrescentar um efeito ou ação ao jogo, possuindo regras flexíveis para desenvolver competências cooperativas com a turma.

Todas as cartas foram desenvolvidas digitalmente e impressas em papel A4 *Couche*. Como recurso extra, foi desenvolvido uma aplicação *Android* em linguagem Java, que foi instalado no celular do professor e alunos, que faz a leitura de *QR Codes*, gerados através do site <https://www.the-qr-code-generator.com>, onde é possível escutar arquivos de áudio, com trecho da leitura do cordel que representa a heroína da carta, sendo que o áudio emitido foi narrado por mulheres negras.

A transferência do arquivo do aplicativo foi feita através de *bluetooth*, do celular da autora para o professor e alunos.

É interessante trazer esse recurso digital para sala de aula, pois quando trabalhado adequadamente, é possível fazer do smartphone, tão presente no cotidiano dos alunos, um aliado do processo de aprendizagem no ambiente escolar e essa tecnologia viabiliza a adaptação das cartas para os alunos com deficiência visual, pois é possível que o aluno escute as características das cartas por meio de um fone de ouvido.

O envolvimento dos alunos na construção e ludicidade do jogo favorece sua motivação para o aprofundamento teórico do livro base, *Heroínas Brasileiras em 15 Cordéis* (ARRAES, 2017), despertando a curiosidade pela pesquisa do tema e criando um ambiente favorável para discussão e o posicionamento crítico do assunto, pois o livro apresenta fatos históricos brasileiros com o protagonismo e a representatividade negra feminina por meio do uso da linguagem poética tipicamente brasileira da literatura de cordel, que em 2018 recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro por meio do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (Iphan), que, assim como o gênero feminino e os negros, é um estilo que também sofre com o preconceito no meio literário.

A proposta de atividade pode ir além do jogo com as cartas, com discussões críticas e atividades complementares que resignificaram a negritude feminina, viabilizando um

momento incrível de aprendizado, descobertas, observando com os alunos as narrativas que estão nas cartas, na qual as quinze mulheres mencionadas auxiliam na pesquisa e na compreensão sobre a história do Brasil a partir de um ponto de vista distinto daquele utilizado pela história oficial, pois direcionam o olhar para sujeitos específicos, suas lutas e o modo como as políticas de estado e as relações sociais afetaram suas vidas.

Procedimentos: A versão final do protótipo do jogo foi testada em uma escola particular localizada na zona norte de São Paulo, no mês de novembro de 2018, como uma atividade para trabalhar a data da consciência negra. Após a aprovação e o feedback positivo dos alunos, o jogo foi incluído no programa de residência pedagógica.

Por meio dos cordéis presentes no livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*, da autora Jarrid Arraes (2017) e do jogo de cartas construído, foi possível promover um resgate histórico de grandes heroínas, fortes e inteligentes, na sua diversidade de ser mulher e negra mediante da brincadeira entre os alunos, que jogaram e ouviram as narrativas através dos áudios inseridos nas cartas.

Durante as aulas, objetivou-se desconstruir a imagem feminina estereotipada utilizando como recurso a construção figurativa das princesas através de desenhos, antes e após a leitura dos cordéis, desconstruindo a imagem eurocêntrica de princesas frágeis e buscando referenciar nas histórias as princesas que lutaram com bravura, inteligência, liderança e protagonizaram importantes momentos históricos no Brasil. A utilização da literatura de cordel, do livro *Heroínas Negras brasileiras em 15 Cordéis* da autora Jarid Arraes, como recurso para fomentar o combate aos preconceitos étnico-racial e de gênero; rodas de conversa, elaboração de textos verbais e escritos (carta) e atividades artísticas colaborou significativamente com a pesquisa e um dos recursos metodológicos foi a escrita de cartas para a Rainha Diambi Kabatusuila, que as recebeu no Brasil.

Análise das informações: Antes da aplicação do jogo, foi solicitado aos alunos que desenhassem uma princesa conforme os seus conhecimentos prévios sem a interferência do professor. E após a aplicação do jogo de cartas, e diálogos sobre as princesas demonstradas nas cartas, foi solicitado aos alunos que desenhassem novamente a figura de uma princesa. Dessa forma, pode se comparar as informações antes e depois da aplicação do jogo para uma análise qualitativa sobre as mudanças na concepção da ideia de princesa.

Além desses desenhos, foram solicitados aos alunos que escrevessem uma carta para a Rainha Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama (Rainha da Ordem do Leopardo) que coincidentemente estava em visita oficial ao Brasil, sendo que essas cartas foram entregues pessoalmente à Rainha e foram analisadas qualitativamente pelos pesquisadores.

Concomitantemente a essa coleta de informações supracitada, foi realizada uma entrevista com a professora da turma de alunos participantes solicitando um *feedback* qualitativo de como a atividade foi desenvolvida. Essas informações aliadas à observação dos pesquisadores foram as variáveis utilizadas para a análise das informações chegando às considerações finais por meio de relatos de caso.

Resultados

Relato de caso 1 – Fortalecendo a identidade e a autoestima de uma aluna negra

A representatividade para minimizar a desigualdade entre gêneros e a representatividade para fortalecer a autoestima de meninas negras surge como interesse de estudo após a conclusão um projeto de inclusão na graduação de pedagogia que utilizou como recurso metodológico um jogo de cartas, objetivando trazer visibilidade e empoderamento de mulheres negras em diferentes campos de atuação, ao longo da história brasileira.

Após aplicar o projeto em uma escola particular de São Paulo, para testar o protótipo final, a professora responsável pela turma foi entrevistada e buscou-se qual a sua percepção sobre o tema abordado. Quanto ao seu entendimento, houve uma mudança comportamental significativa apontada em uma aluna:

Bom, a aluna Julia (10 anos) ela é uma aluna muito dedicada aos estudos, ela tenta fazer tudo muito bem feito, mas o que sempre me chamava a atenção toda vez que ela desenhava personagens e até a si própria ela usava sempre o lápis cor de rosa para pintar o tom de pele e os cabelos de todas as personagens, e dela também, eram sempre cabelos lisos e eu percebi que ela se baseava muito nas amiguinhas, ela achava as amiguinhas todas muito bonitas e parece que muitas vezes ela se anulava. Uma vez eu questionei ela sobre a cor do lápis que ela usava para pintar a pele e disse a ela que aquele não era uma cor de pele que aquilo era um rosa claro e pedi para ela testar outros lápis, ela não se identificava com outros lápis, mesmo o marrom misturado com amarelo para ficar um tom mais claro, mas ainda assim ela não se identificava e dizia que o desenho estava feio. Em outro momento, na nataçãõ, as crianças saem com cabelo molhado e eu queria que ela deixasse o cabelo solto para secar melhor e ela se recusou a deixar o cabelo solto, ela disse que não gosta de jeito nenhum do cabelo dela solto, que o cabelo deve ficar preso, e aí pude identificar que ela negava o cabelo crespo dela, enquanto todas as meninas deixavam o cabelo solto, para secar melhor, ela fazia questão de prender o dela.

A gente começou a fazer o trabalho com as heroínas, com as cartas, e ela se interessou bastante, eu pegava ela muitas vezes ouvindo os cordéis com as heroínas negras e foi muito legal apresentar todas as histórias dessas mulheres para ela, porque faltava referência para ela.

E o interessante é que depois do projeto terminar eu pedi para que a turma fizesse um autorretrato em uma atividade aleatória, sem dizer o motivo da

atividade e para minha surpresa a Julia acabou se desenhando como realmente ela é, com cabelo crespo, com a pele mais escura, e foi um momento muito bacana, foi legal ver que talvez ela tenha começado a se reconhecer naquele momento (KARINA, professora, 38 anos).

Figura 2 – Autorretrato de uma aluna participante



Fonte: Acervo dos autores

Desta forma, torna-se evidente a importância de percebermos a necessidade de ressignificar o papel dessa mulher em sociedade para formação da identidade das alunas, uma forma de rever a história, suas contribuições, como a história foi construída com alguns dados de emancipações, resistências, ativismo, lutas, conquistas e segregações vividas e protagonizadas por africanas e afrodescendentes femininas do século XVII até o século XXI.

Relato de caso 2 – Contribuições do Jogo Heroínas Negras durante o programa Residência Pedagógica – Relato de caso

O presente relato de prática visa apresentar os resultados obtidos em um projeto de regência de aulas que foi posto em prática no 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de São Paulo, em vinte horas aulas, no programa de Residência Pedagógica que integrou a graduação do curso de Pedagogia da UNESP, turma de 2019, e surge de problemas previamente levantados durante a etapa de observação, na qual constatou-se a necessidade que educadores apresentam para trabalhar os estereótipos e preconceitos expressa ou veladamente manifestados contra gêneros e negros no ambiente escolar e abordar essa temática dentro do seu lugar de fala para fortalecer positivamente a construção da identidade dos seus alunos, principalmente de meninas negras, bem como fortalecer, também sua autoestima e autoimagem.

A atuação prática viabilizada durante a Residência Pedagógica possibilitou ter um olhar crítico e sensível ao aluno, que de outra forma não seria possível apenas com o estágio e o conteúdo teórico da graduação. Essa contextualização permitiu que esse projeto fosse aplicado em uma turma onde, por meio da etapa de observação, foi diagnosticado que alunas negras eram vítimas de preconceito racial, sendo uma delas uma aluna não alfabetizada. Sendo assim, optou-se por utilizar o jogo de cartas das Heroínas Negras Brasileiras, que foi um protótipo do curso de graduação de pedagogia, como um recurso metodológico em um projeto de aula para essa turma, indo de encontro a Mello *et al.* (2020) que citam a importância de experiências que ajudem o discente a entender sua profissão de forma reflexiva e que o permita criar condições de alterar as concepções de ensino e aprendizagem e ressignificar os papéis do aluno e do professor.

Esse jogo evidenciou a importância de respeitar e valorizar as diferenças inerentes de nossa sociedade, ampliando a visão em relação ao protagonismo histórico feminino, trazendo importantes reflexões sobre as narrativas naturalizadas, recontando histórias com inclusão e diversidade, mediando os discentes a ressignificarem através de uma diversidade integradora as ancestralidades e tradições.

Esse estudo objetivou ressignificar o gênero feminino estereotipado das princesas, empregando como recurso as ilustrações em uma sequência didática, esboçando desenhos antes e após a leitura dos textos, ressignificando a imagem fragilizada que os alunos expressam em suas produções através de novas referências nas histórias das princesas que lutaram com bravura, inteligência, liderança e protagonizaram importantes momentos históricos no Brasil.

A primeira atividade proposta objetivou desconstruir a imagem da princesa estereotipada. Foi proposto aos alunos desenharem livremente a figura de uma princesa e após a leitura dos cordéis das princesas africanas, protagonistas do jogo de cartas, desenharem a princesa de acordo com os novos saberes e novas construções.

Nessa atividade proposta, a maioria dos alunos produziram desenhos reconstruindo a figura da princesa, porém destaca-se uma produção, onde uma aluna negra, que era a principal vítima de preconceito racial da sala de aula, não desenhou a princesa Aqualtune negra, quando questionada o porquê, ela respondeu que não acredita que existam princesas negras de verdade.

Figura 3 – Representação gráfica da princesa



Fonte: Acervo dos autores

Pretendendo trazer para o contexto histórico atual, onde, coincidentemente, a monarca Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama (Rainha da Ordem do Leopardo), da República Democrática do Congo, estava no Brasil. Dialogamos com os alunos sobre como a soberana de um país localizado no continente africano deveria ser acolhida no nosso país? Após o diálogo, orientamos os alunos que escrevessem cartas de boas-vindas à Diambi, que as recebeu com carinho e disse que responderia todas por e-mail.

Considerações finais

Neste trabalho, os alunos relatados nos resultados, demonstraram motivação e ansiedade pela entrega das cartas. De modo geral, muitos desculparam-se pelo passado de escravidão e demonstraram estar honrados em escrever para uma Rainha, porém destaca-se uma produção, onde um aluno negro, não alfabetizado e excelente copista, com comportamento agressivo e de difícil socialização com os colegas, pediu para ensiná-lo a escrever, pois ele queria conversar com ela. Esse aluno demonstrou muita sensibilidade em suas palavras, surpreendendo a professora responsável pela turma e os colegas. Após essa tentativa de escrita, o aluno permitiu que os residentes pedagógicos e a professora iniciassem o processo de alfabetização, aos poucos tornou-se mais sociável e interativo com as atividades coletivas e no final do programa de residência pedagógica estava alfabetizado. Assim como ele, após enviar a carta para monarca, a segunda aluna não alfabetizada também demonstrou interesse e abertura para alfabetização. No final do projeto, essa aluna também estava alfabetizada e constantemente rememorava a coragem e inteligência das heroínas negras do passado, demonstrando a importância de

valorizar as diferenças e incluir de modo natural no cotidiano das crianças referências históricas positivas para gênero e a raça como estratégia metodológica para redução de estereótipos e preconceitos, correspondendo assertivamente com os objetivos supracitados nessa pesquisa, pois demonstra ter contribuído ludicamente com as ressignificações étnico e raciais e dos papéis de gênero das figuras históricas femininas apresentadas, impactando positivamente na autoimagem e identidade étnico-racial, a autoestima dessas alunas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AMARAL, M. G. T.; DIAS, C. C.; LODUCA, M. T. Culturas urbanas e resistência da juventude negra: ressonâncias do tambor nas escolas de periferia de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1081-1099, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i3.11996>

AQUINO, M. A. A presença de mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 555-576, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i2.7025>

ARRAES, J. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen Livros, 2017.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. PL 259/1999

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. PL 6264/2005

BRASIL. **Portaria normativa n. 21, de 28 de agosto de 2013**. Inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Distrito Federal, 2013. Disponível em: http://www.imprensanacional.gov.br/materia/sset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31045330/do1-2013-08-30-portaria-normativa-n-21-de-28-de-agosto-de-2013-31045325. Acesso em: 3 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 3 nov. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017

COSTELINI, K **Entrevista sobre o jogo de cartas**. São Paulo, SP. 9 abr. 2019. (Entrevista concedida a Lillian Rodrigues)

EXPOSIÇÃO. **Histórias Afro-Atlânticas**. Instituto Tomie Ohtake, São Paulo, 2018. NERY, Nátaly. Afros e Afins. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMIIuoSdkrQg>. Acesso em: 6 out. 2018.

FERREIRA, E. S.; VIEIRA, J. J.; VIEIRA, A. L. C. Relações étnico-raciais e saberes docentes na escola de educação infantil da Universidade Federal do Rio De Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 236-252, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i4.10006>

FORTUNATO, I. Recreação e psicologia positiva: construindo interfaces a partir de um relato de experiência. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 42-51, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11253>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017

GESSER, R.; COSTA, C. L. J. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 18-30, jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.20180010>.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=estudos-especiais>. Acesso em: 6 out. 2018.

LIMA, F. I. A. *et al.* A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10818>

MARTINS, P. F. M.; SANTOS, M. D. As políticas afirmativas no ensino superior e o desenho institucional de justiça como equidade em Rawls. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 437-455, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i2.11753>

MELLO, D. E. *et al.* O programa residência pedagógica: experiências formativas no curso de pedagogia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 518-535, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13631>.

PAIVA, T. Como trabalhar a igualdade de gênero na escola. **Carta Capital**, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/como-trabalhar-a-igualdade-de-genero-na-escola/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PASSOS, T. C. **Letalidade infanto-juvenil**: dados da violência e políticas públicas existentes. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 110 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/letalidade-infanto-juvenil-dados-da-violencia-e-politicas-publicas-existentis>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: Ensino Fundamental: História. São Paulo: SME/COPED, 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/48331.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SANTOS, M. G. SIMONE DE BEAUVOIR. Não se nasce mulher, torna-se mulher. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 108-122, 30 maio 2011 Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2081>. Acesso em: 23 out. 20

SILVA, C. R. Violência de gênero no Brasil e na América Latina: um enfoque psicanalítico, a produção de conhecimento e perspectivas de enfrentamento. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 80-96, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11284>

VIEIRA, J. J.; GUIMARÃES, A. P. S.; VIEIRA, A. L. C. O processo de institucionalização da disciplina Trabalho-Educação nas políticas de formação em Pedagogia nas universidades públicas do Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 508-525, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i2.10004>

Como referenciar este artigo

RODRIGUES, L.; CUSTÓDIO, V. S.; SIMÃO, L. Uma experiência formativa na residência pedagógica: representação histórica feminina negra em um jogo de cartas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1765-1779, dez. 2020. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14278>

Submetido em: 10/01/2020

Revisões requeridas: 20/07/2020

Aprovado em: 30/10/2020

Publicado em: 30/11/2020